

DF - Brasília

19 MAR 2005 JORNAL DE BRASÍLIA

Iphan propõe 3 metros para puxadinhos

32

Instituto sugere essa alternativa como forma de se acabar de vez com o problema das invasões pelo comércio

LUÍSA MEDEIROS

O Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (Iphan) está apresentando uma alternativa para solucionar o problema dos puxadinhos nas quadras comerciais do Plano Piloto. A proposta é permitir o avanço de três metros de área pública nos fundos das lojas comerciais. Nos estabelecimentos de esquina, o avanço também poderá ser feito na lateral. A novidade é que o comerciante poderá comprar ou receber uma concessão de uso para utilizar a área.

Os lojistas poderão ampliar o fundo da loja, com térreo e sobreloja até o alinhamento da marquise. A vedação do fundo poderá ser com vidro, treliça ou elemento vazado (cobogó), para ambos os andares.

O órgão ainda está analisando uma forma jurídica e legal para aplicar a proposta. Mas a Administração de Bra-

sília e o Ministério Público Federal já são parceiros da alternativa, conta o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal. "Pela primeira vez os entraves burocráticos estão de lado e está se discutindo efetivamente uma solução para o problema", afirma.

CONCESSÃO - A proposta é baseada em um estudo feito em novembro de 1999 pelo Iphan, sobre ocupação das comerciais do Plano Piloto. Gastal diz que a ocupação de três metros da área pública não fere o tombamento, diferente da Lei 1.071/96, que permite a invasão até seis metros. "A ocupação dos três metros não altera o volume do bloco. O tombamento de Brasília é volumétrico. Por isso, ocupações mais extensas causam uma favelização das edificações, como permite a lei".

Em sua opinião, a forma de aquisição da área deve ser por concessão de uso, por

tempo a ser determinado. Para o administrador de Brasília, Clayton Aguiar, é preciso estudar a melhor maneira de venda da área. "Não sabemos ainda como deve ser feita a venda. O fundamental é que o poder público quer acabar com o problema", afirma.

Ele conta que não é possível permitir a ocupação de mais de três metros de área pública pelas lojas porque existem redes de distribuição de água e esgoto na área verde. "O remanejamento dessas redes custaria cerca de R\$ 150 milhões", conta Aguiar.

No entanto, o administrador ressalta que a proposta só poderá ser aprovada se os empresários e a população estiverem de acordo. "Da nossa parte, a proposta está fechada. O problema será quanto a aceitação do empresariado. Muitos vão dizer que o avanço de três metros não é suficiente, mas o que vale é o tombamento da cidade", argumenta.



Puxadinho do Carpe Diem: gerente diz que bar paga 40% a mais de IPTU por ocupar área pública

MINERVINO JÚNIOR